



# Anais da Assembléia

Nº 53

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 19 DE MAIO DE 1993.

ANO XIX

## MESA DIRETORA

**ORLANDO PESSUTI**  
Presidente - PMDB

**HERMAS EURIDES BRANDÃO**  
1º Vice-Presidente - BPI

**GERALDO CARTÁRIO RIBEIRO**  
2º Vice-Presidente - PP

**ANIBAL KHURY**  
1º Secretário - PTB

**DIRCEU SILVEIRA MANFRINATO**  
2º Secretário - PP

**BASILIO ZANUSSO**  
3º Secretário - PFL

**CEZAR AUGUSTO CAROLLO SILVESTRI**  
4º Secretário - PDT

**ABIB MIGUEL**  
Diretor Geral

## LIDERANÇAS

PMDB - Governo ..... Deputado RENATO GUIMARÃES ADUR  
PFL ..... Deputado DUÍLIO GENARI  
PDT ..... Deputado PAULO MAIA DE OLIVEIRA  
PTB ..... Deputado ERONDY SILVÉRIO  
PSDB ..... Deputado ALCEU ANTONIO SWAROWSKI  
PT ..... Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)  
PL ..... Deputado CARLOS XAVIER SIMÕES  
PP ..... Deputado NILTON ROBERTO BARBOSA  
BPI ..... Deputado LUIZ CARLOS ALBORGHETTI

## REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

**PMDB** – 13: Arlindo Adelino Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida Cesar - Cleiton Kielse Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - Eurides Moura - Luiz Antonio Penteado Setti - • Oswaldo Trevisan - • Luiz Henrique Bona Turra - • Nereu Alves de Moura; **Suplentes:** - Jonas Xavier Pinto - Rogério Donato Kampa - Hidekazu Takayama; **PP** – 10: João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldin - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti - Julio Bifon - Antonio Costenaro Neto; **PFL** – 05: Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duílio Genari - Plauto Miró Guimarães - Nelson Garcia; **Suplentes PFL e PRN:** José da Silva Reis - Voldimir Mirão Maistrovicz - Antonio Ferreira Rüppel Filho; **PDT** – 06: Cezar Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Algaci Ormário Túlio - Paulo Maia de Oliveira - Namir Piacentini - Luiz Carlos Zuk; **Suplentes:** Valderi Mendes Vilela - Guiomar Mario Pizzato - Adilson Gonçalves Netto; **PTB** – 09: José Colombino Grassano - Lourenço Fregonese - Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - João Falavinha Iensen - Dalton Machuca; **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada; **PSDB** – 01: Alceu Antonio Swarowski; **Suplentes:** Tadeu Lucio Machado - José Boiko; **PT** – 03: Ovídio José Constantino - Ernani Pudell - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha); **Suplentes:** Lygia Lumina Pupatto - Perides de H. Mello; **PL** – 01: Carlos Xavier Simões; **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha; **BLOCO PARLAMENTAR INDEPENDENTE** – 06: Valdir Luiz Rossoni - Luiz Carlos Alborghetti - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus - Antonio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão; **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana – Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral – Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior – Secretário de Estado de Esporte e Turismo; José Tavares da Silva Neto – Secretário da Justiça e da Cidadania.

(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.



3.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 12.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 02.<sup>a</sup> SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
REALIZADA EM 19 DE MAIO DE 1993

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Senhores Deputados Toti Colaço e Lourenço Fregonese.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Orlando Pessuti, Hermas Brandão, Geraldo Cartário, Anibal Khury, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Cezar Silvestri, Ademar Traiano, Alceu Swarowski, Algaci Túlio, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cleiton Kielse, Colombino Grassano, Costenaro Neto, Dalton Machuca, Djalma de Almeida César, Domingos Carvalho, Doutor Rosinha, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Ernani Pudell, Erondy Silvério, Eurides Moura, Heinz Herwig, João Iensen, João Preis, José Alves, Júlio Bifon, Lourenço Fregonese, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Luiz Carlos Zuk, Luiz Henrique Bona Turra, Mário Bezerra, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nereu Alves de Moura, Nilton Barbosa, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Severino Félix, Toti Colaço e Rossoni (53). Achando-se ausente o Sr. Deputado José Arthur Ritti (01).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - Procede a leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - Procede a leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Requerimentos:

REQUERIMENTO N.<sup>o</sup> 1333

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, § 4.<sup>o</sup> do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2.<sup>a</sup> discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no

curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 19.05.93.

(a) TOTI COLAÇO

REQUERIMENTO N.<sup>o</sup> 1326

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a transformação desta Assembléia em Comissão Geral de Plenário, a fim de emitir pareceres sobre as emendas eventualmente apresentadas às matérias constantes da Ordem do Dia de hoje.

Sala das Sessões, em 19.05.93.

(a) JÚLIO BIFON

Apoiamento: Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Arlindo Troian, Renato Adur, Dirceu Manfrinato, Basílio Zanusso, Toti Colaço, Cleiton Kielse, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Luiz Antônio Setti, Oswaldo Trevisan, Neivo Beraldin, Edson Silva Lino, Luiz Henrique Bona Turra, Nelson Justus, Élio Rusch, Nereu Alves de Moura, Severino Félix, Anibal Khury, Eurides Moura.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

ORDEM DO DIA;

com a presença de 53 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Júlio Bifon, com apoio dos Srs. Deputados Luiz Carlos Martins, Nelson Garcia, Arlindo Troian, Renato Adur e demais Srs. Deputados, constante do expediente, solicitando a transformação desta Assembléia em Comissão Geral de Plenário, a fim de emitir pareceres sobre as Emendas e eventualmente apresentadas às matérias constantes da Ordem do Dia de hoje.

Aprovado, com os votos contrários dos Srs. Deputados Dalton Machuca, Paulo Maia, Emilia Belinati, Doutor Rosinha, Ovídio Constantino, Basílio Zanusso, Plauto Miró Guimarães, Cezar Silvestri e Lourenço Fregonese.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n.<sup>o</sup> 107/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.<sup>o</sup> 007/93, a remuneração mensal do servidor da administração pública direta, autárquica e fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado, terá como limite máximo, no âmbito de cada Poder, os valores percebidos como remuneração em espécies, por Deputados Estaduais, Secretários



de Estado e Desembargadores. EMENDA ADITIVA DO PODER EXECUTIVO ATRAVÉS DA MENSAGEM N° 013/93. SEM PARECERES. EM REGIME DE URGÊNCIA, COM SUBSTITUTIVO GERAL DA C.C.J..

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em n° de 04 (quatro), de autoria de diversos Srs. Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO DE N° 01  
PROJETO DE LEI N° 107/93

Fica suprimido o parágrafo 2° do artigo 4° do Projeto de Lei n° 107/93.

Sala das Sessões, em 19.05.93.

(a) PAULO MAIA

Apoiamento: Algaci Túlio, Ovídio Constantino, Emilia Belinati, Cezar Silvestri e Mário Bezerra.

JUSTIFICATIVA:

O parágrafo 2° do Artigo 4° do Projeto de Lei deve ser suprimido do Projeto de Lei n° 107/93 por acarretar efetivo rompimento das tabelas de cargos e salários de carreiras de servidores públicos. A Constituição Federal determina a necessidade de instituição de um Regime Jurídico Único dotado de "planos de carreira": na forma disposta pela referida norma, os planos de carreira existentes perdem sua razão de existência, posto que afeta a relação de interníveis, determinando, em última análise descumprimento da própria Constituição Federal.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE N° 02

Inclua-se onde couber:

"A regulamentação da presente lei será elaborada no prazo de 60 dias e encaminhada à Assembléia Legislativa, para a devida apreciação".

Sala das Sessões, em 19.05.93.

(a) EMILIA BELINATI

Apoiamento: Algaci Túlio, Luiz Carlos Zuk, Namir Piacentini, Dalton Machuca, Mário Bezerra, Colombino Grassano, Cezar Silvestri e Paulo Maia.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO, DE N° 03

Inclua-se onde couber:

"No prazo de 30 dias será encaminhado ao Poder Legislativo o enquadramento dos servidores públicos estaduais às tabelas, de acordo com o art. 2° da presente lei, elaboradas por Comissão Paritária do Poder Executivo e servidores públicos".

Sala das Sessões, em 19.05.93.

(a) EMILIA BELINATI

Apoiamento: Algaci Túlio, Luiz Carlos Zuk, Cezar Silvestri, Namir Piacentini, Colombino Grassano, Paulo Maia, Dalton Machuca e Mário Bezerra.

EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO, DE N° 04

Suprima-se da proposição supra, a última

frase do § 2° do art. 4°, ou seja:

"ficando vedadas as escalas em percentuais".

Sala das Sessões, em 19.05.93.

(aa) OVÍDIO CONSTANTINO

DOUTOR ROSINHA

ERNANI PUDELL

Apoiamento: Cezar Silvestri, Dalton Machuca e Mário Bezerra.

JUSTIFICATIVA:

A emenda se faz necessária porque um projeto de lei ordinária não pode alterar uma lei complementar, caso da proposição do Executivo, vez que pretende modificar a Lei Complementar n° 07/76, que estabelece os termos percentuais nos avanços verticais do quadro pessoal do magistério.

Em suma, a proposta de Lei do Poder Executivo concernente parágrafo citado é inconstitucional. E esta emenda corrige tal distorção legal.

Ainda sobre o referido projeto, Emendas Substitutivas Geral de Plenário, da Comissão de Constituição e Justiça, em n° de 02 (duas), e também o Parecer da Comissão de Constituição e Justiça, nos seguintes termos:

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO, DA  
COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

Art. 1° - A remuneração mensal do servidor da administração pública direta, autárquica e fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado, terá como limite máximo, no âmbito de cada Poder, os valores percebidos como remuneração no mesmo período, em espécie, a qualquer título, por:

I - Deputados Estaduais;

II - Secretários de Estado, e

III - Desembargadores.

§ 1° - Os valores percebidos pelos Deputados Estaduais, Secretários de Estado e Desembargadores, sempre equivalentes, somente poderão ser utilizados para os fins previstos nesta Lei e como limitador máximo de remuneração.

§ 2° - Para os efeitos desta Lei, entende-se como remuneração dos Deputados Estaduais, o subsídio e a verba de representação percebidos pelos mesmos.

§ 3° - Os Deputados Estaduais terão direito a complementação de sua remuneração, até o limitador máximo estipulado pelo § 2°, do Art. 27, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional n° 01, de 31 de março de 1992.

§ 4° - A remuneração dos Desembargadores e Secretários de Estado será a constante deste artigo, ressalvadas as vantagens de caráter individual.

Art. 2° - A relação de valores entre a maior e a menor remuneração paga pelo Es-



tado do Paraná aos servidores, em qualquer dos Poderes, não poderá exceder a 20 (vinte) vezes, sendo que a maior remuneração terá como limite máximo o estipulado no Art. 1º desta Lei e como limite mínimo a menor remuneração paga aos servidores do Quadro Geral, para uma jornada de trabalho de quarenta horas semanais.

Parágrafo Único - A relação estabelecida no "caput" deste artigo será proporcional à carga horária.

Art. 3º - No prazo máximo de sessenta dias, o Poder Executivo proporá à Assembleia Legislativa, projeto de lei de revisão de suas tabelas remuneratórias, para compatibilização com as tabelas remuneratórias dos Poderes Legislativo e Judiciário, com o intuito de adequação aos termos do Art. 2º, desta Lei.

Art. 4º - Os Poderes Legislativo e Judiciário, na forma da lei, adequarão suas tabelas remuneratórias ao disposto na presente Lei, no prazo máximo de sessenta dias, tendo como referência máxima os valores pagos pelo Poder Executivo, nos termos do preceituado no inciso XII, do Art. 27, da Constituição Estadual.

Parágrafo Único - As parcelas que depois dos sessenta dias, referidos no "caput" deste artigo continuarem excedendo os valores pagos pelo Executivo, serão mantidas como diferença individual, em valor fixo e irreajustável.

Art. 5º - Fica vedada e revogada qualquer vinculação ou equiparação de vencimento, para efeito de remuneração de pessoal do serviço público dos três Poderes, da administração direta ou indireta, ficando assegurado aos servidores isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhados do mesmo Poder ou entre servidores do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, tendo sempre como parâmetro os valores pagos pelo Poder Executivo, nos termos do art. 37, incisos XII e XIII, da Constituição Federal.

Art. 6º - Ficam automaticamente reajustados, na conformidade da legislação pertinente, os valores da remuneração mensal de Secretários de Estado, Desembargadores e Deputados Estaduais, para o mês de maio.

§ 1º - A remuneração a que se refere este artigo será reajustada bimestralmente, em índices não inferiores aos da inflação do período, por lei.

§ 2º - Ficam vedados quaisquer aumentos salariais automáticos ou a concessão de vantagens, sem a expressa previsão legal.

§ 3º - As tabelas de vencimentos serão fixadas em valores nominais, vedadas as escalas em percentuais.

§ 4º - As carreiras referidas no Art. 135, da Constituição Federal terão, no âmbito dos três Poderes, isonomia de vencimentos, sem vinculação, não podendo nos Poderes Legislativo e Judiciário, serem superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

Art. 7º - A parcela da remuneração que, na data da publicação desta Lei, exceder o limite fixado no art. 1º, será mantida como diferença individual, em valor fixo e irreajustável.

Art. 8º - Os limites fixados nesta Lei serão obedecidos pelas empresas públicas e de economia mista, nas quais o Estado detenha mais de cinquenta por cento do capital com direito a voto.

Art. 9º - Aplicam-se estes dispositivos aos servidores inativos e pensionistas.

Art. 10 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 19.05.93.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente

EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL DE PLENÁRIO, DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R:

O Projeto de Lei nº 107/93 passará a ter a seguinte redação.

Art. 1º - A remuneração mensal dos servidores da administração pública direta, autárquica e fundacional, de qualquer dos Poderes do Estado, terá como limite máximo os valores percebidos como remuneração, no mesmo período, em espécie por Secretário de Estado.

Art. 2º - A maior remuneração dos servidores públicos dos três poderes, dos membros do Poder Judiciário, do Ministério Público e do Tribunal de Contas, respeitado, o limite máximo fixado no artigo anterior, não poderá exceder a vinte vezes a remuneração mínima estipulada para o nível inicial do Quadro Geral do Poder Executivo, com jornada de quarenta horas semanais, sem ressalva de qualquer natureza, ainda que de caráter pessoal.

Art. 3º - Os Poderes Legislativo e Judiciário adequarão, no prazo de 60 dias, a suas tabelas ao disposto nesta Lei, tendo como referência máxima os valores pagos pelo Poder Executivo, nos termos do preceituado no inciso XII, do art. 27, da Constituição Estadual.

Parágrafo Único - As parcelas que de-



Curitiba, quarta, em 19.05.93.

pois de 60 dias referidos no "caput" deste artigo continuarem excedendo os valores pagos pelo Poder Executivo, serão mantidas como diferenças individuais, em valores fixos e irreajustáveis.

Art. 4º - Fica vedada e revogada qualquer vinculação ou equiparação de vencimentos para efeito de remuneração de pessoal do serviço público dos três Poderes, da administração direta e indireta, ficando assegurado aos servidores isonomia de vencimentos para cargos de atribuição iguais ou assemelhados do mesmo Poder ou entre servidores do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário, tendo sempre como parâmetro os valores pagos pelo Poder Executivo, consoante os arts. 37, incisos XII e XIII da Constituição Federal e 27, incisos XII e XIII da Constituição Estadual.

§ 1º - Ficam vedados quaisquer aumentos salariais automáticos ou vantagens sem expressa previsão legal.

§ 2º - As tabelas de vencimentos serão fixadas em valores nominais, ficando vedadas as escalas em percentuais.

§ 3º - As carreiras referidas no art. 135 da Constituição Federal terão isonomia de vencimento, sem vinculações, não podendo ser superior aos pagos pelo Poder Executivo.

Art. 5º - A parcela de remuneração que, na data da publicação desta Lei, exceder o limite fixado no art. 1º, será mantida como diferença individual, em valor fixo e irreajustável.

Art. 6º - Os limites fixados nesta Lei serão obedecidos pelas empresas públicas e de economia mista que o Estado detenha mais de 50% do capital com direito a voto.

Art. 7º - Aplicam-se estes dispositivos aos servidores inativos e pensionistas.

Art. 8º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 19.05.93.

(aa) OSWALDO TREVISAN, TOTI COLAÇO,  
ARLINDO TROIAN, COSTENARO NETO,  
COLOMBINO GRASSANO (Voto Contrário),  
LUIZ ANTONIO SETTI, NILTON BARBOSA,  
NELSON GARCIA, EMILIA BELINATTI  
(Voto Contrário), ERONDY SILVÉRIO,  
NELSON JUSTUS, PAULO MAIA (Voto Contrário;  
voto com o Parecer do Senhor Deputado  
Nelson Justus)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 107/93

P A R E C E R:

ORIUNDO DA

MENSAGEM GOVERNAMENTAL Nº 007/93

ADITADA PELA

MENSAGEM GOVERNAMENTAL Nº 013/93

A matéria em exame, de autoria do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, através da Mensagem Governamental nº 007/93, de 30 de março de 1993, posteriormente aditada pela Mensagem Governamental nº 013/93, de 06 de maio de 1993, objetiva implantar no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional dos Poderes do Estado do Paraná, isonomia de remuneração mensal entre os servidores do Poder Legislativo, Executivo e Judiciário.

Ao proceder-se análise constitucional, legal e regimental da proposição, faz-se mister salientar os seguintes preceitos constitucionais.

#### CONSTITUIÇÃO DA

#### REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Art. 37 - A Administração Pública direta, indireta ou fundacional, de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e, também ao seguinte:

XI - a lei fixará o limite máximo e a relação de valores entre a maior e a menor remuneração dos servidores públicos, observados, como limites máximos e no âmbito dos respectivos poderes, os valores percebidos como remuneração, em espécie, a qualquer título, por membros do Congresso Nacional, Ministros de Estado e Ministros do Supremo Tribunal Federal e seus correspondentes nos Estados, no Distrito Federal e nos Territórios, e, nos Municípios, os valores percebidos como remuneração, em espécie, pelo Prefeito.

XII - os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário, não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo.

XIII - é vedada a vinculação ou equiparação de vencimento, para o efeito de remuneração de pessoal do serviço público, ressalvado o disposto no inciso anterior e no art. 39, § 1º.

No que concerne à discussão sobre competência de iniciativa legislativa da matéria em questão, ressalvando-se o que dispõe o artigo 28, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, da Magna Carta Estadual, saliente-se que em respeito à independência dos Poderes de Estado expressos através dos mandamentos constitucionais, (artigo 66 e seus incisos da Constituição do Paraná, bem como o artigo 96, inciso II, alínea "b", da Carta Federal), mas principalmente em atenção ao Princípio da Harmonia entre as esferas



institucionais, a proposição governamental se reveste de "animus" saneador da lacuna existente.

Com intuito de fortalecimento do Princípio Constitucional de Independência e Autonomia dos Poderes e principalmente com o propósito de restabelecer a harmonia entre os Poderes do Estado, objetivando a regulamentação do disposto no inciso XII do artigo 27, da Constituição Estadual, que determina que "os vencimentos dos cargos do Poder Legislativo e do Poder Judiciário não poderão ser superiores aos pagos pelo Poder Executivo", com vistas a promoção de maior aplicabilidade desta norma, somos de parecer de que a apregoada isonomia entre os agentes em questão, seja entendida na forma da emenda substitutiva geral, que apresentamos em anexo, proposta esta, que além de atender o interesse público maior, visa acima de tudo, promover o bem comum, quando harmoniza eficazmente a compatibilidade entre as instituições, visto que parcela significativa de servidores públicos civis, já há muito aguardam pela justa igualdade de remuneração pelo desempenho de cargos ou funções assemelhadas, para retribuição certa, como recompensa e fruto de seus trabalhos, além da população paranaense que se ressentia de ver atendidas as suas necessidades e os seus direitos, enquanto perdurem conflitos de ordem ideológica ou axiológica, cumprindo a este relator sanear inconstitucionalidade detectada, especificamente na Mensagem Governamental nº 013/93, aditada a Mensagem nº 07/93, que exclui os agentes políticos do legislativo, do limitador máximo de remunerações no âmbito Estadual, contrapondo-se aos ditames do inciso XI, do artigo 27, da Carta Estadual.

Nestas condições, esta Comissão de Constituição e Justiça, dá seu parecer FAVORÁVEL à matéria, na forma da emenda substitutiva geral, que apresentamos em anexo, por se tratar de proposta justa necessária e meritória, nada encontrando que possa impedir a sua normal tramitação processual legislativa, estando a mesma em perfeitas condições de merecer a apreciação do Douto Plenário desta Casa de Leis.

É o parecer, salvo melhor juízo.

Sala das Comissões, em 19.05.93.

(aa) ERONDY SILVEIRO - Presidente  
NELSON JUSTUS - Relator

Art. 39 - A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios instituirão, no âmbito de sua competência, regime jurídico único e planos de carreira para os servidores da administração pública direta, das autarquias e das fundações públicas.

§ 1º - A lei assegurará, aos servidores da administração direta, isonomia de

vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder ou entre servidores dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou local de trabalho.

Os preceitos constitucionais retro transcritos são adequadamente reproduzidos pela Constituição Estadual em seus artigos 27, incisos XI, XII e XIII, como também pelo Parágrafo 2º, do artigo 33.

Interpretando-se o inciso XI, do artigo 37, da Constituição Federal, os membros correspondentes, no âmbito do Estado do Paraná, aos membros do Congresso Nacional, são sem dúvida nenhuma, os Deputados Estaduais, como os correspondentes a Ministros de Estado, são os Secretários de Estado, e dos Ministros do Supremo Tribunal Federal, são os Senhores Desembargadores, portanto o artigo 1º, da Mensagem nº 007/93, atende por completo aos mandamentos constitucionais, quando impõe isonomia, com limite máximo, aos valores percebidos por Deputados Estaduais, Secretários de Estado e Desembargadores.

Tal isonomia deve respeitar, também, as peculiaridades da natureza de cada função, como preceitua a parte final do Parágrafo 1º, do artigo 39, da Constituição Federal, reproduzido pelo Parágrafo 2º, do artigo 33, da Carta Magna Estadual, "Isonomia entre o Executivo, Legislativo e Judiciário, ressalvadas as vantagens de caráter individual e as relativas à natureza ou local de trabalho".

Segundo o artigo 57, do Regimento Interno desta Assembléia Legislativa, a remuneração dos Deputados Estaduais é constituída de Subsídio e representação, e a ajuda de custo e os auxílios complementares para o cumprimento de suas funções, diferindo estruturalmente das demais remunerações, havendo necessidade de adequação para a isonomia.

**Em votação.**

O SR. ERNANI PUDELL - Só para registrar, Sr. Presidente, nós estamos votando a Emenda Aditiva que veio do Governo do Estado do Paraná? É isto?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Exatamente. O Projeto de Lei nº 107/93, Item I da Ordem do Dia.

Vou ler novamente a súmula, Deputado.

(Lê súmula).

Em anexo, Mensagem nº 13, do Governador e Substitutivo Geral da C.C.J., com pareceres favoráveis.

A Mesa esclarecerá ao Plenário sobre a existência de emendas e como será procedida a votação.

Esta Presidência solicita a atenção dos Srs. Deputados, tendo em vista a exis-



tência de uma Emenda Substitutiva Geral da C.C.J..

A Presidência colocará em votação a Emenda Substitutiva Geral da C.C.J.. Sendo a mesma aprovada por este Plenário, considerar-se-á prejudicada a apreciação do projeto e conseqüentemente, da emenda 03.

Lembra ainda esta Presidência, que existem quatro emendas a este projeto de lei, que serão relatadas em Comissão Geral por este Plenário, e se julgadas oportunas, aprovadas por este Plenário também.

Em votação o Substitutivo Geral da C.C.J..

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - O mínimo que precisamos é saber o teor do Substitutivo, que não foi lido.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Esta Presidência solicita ao nobre 2º Secretário, Lourenço Fregonese, que proceda à leitura do Substitutivo Geral da C.C.J..

(É lido o Substitutivo Geral)

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Eu peço nova leitura, se possível, daquele trecho que diz que o maior não pode exceder 20 vezes o menor salário.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Solicito novamente ao Deputado Fregonese, que proceda à leitura.

O SR. LOURENÇO FREGONESE - (Procede a nova leitura do Substitutivo Geral da C.C.J.).

O SR. ERNANI PUDELL - Pela ordem, Senhor Presidente.  
(Assentimento).

Quero fazer um apelo a V.Exa, não sei se os demais colegas concordam, mas uma Lei dessa importância, dessa natureza, sendo votada agora um substitutivo que foi lido agora, do qual 90% dos Deputados talvez tenham tomado conhecimento nesse momento da leitura sem análise, é muito temerário.

Percebo, pelo que eu pude depreender do Substitutivo que foi lido, houve uma modificação em relação a própria Mensagem 013, eu não estou devidamente em condições de votar essa Matéria, até por não ter conseguido refletir e analisar. Acho que assim estão a maioria, nós conhecíamos razoavelmente porque chegaram também algum tempo 07 e a 013. Agora essa era um Substitutivo às duas que vieram ao nosso conhecimento nesse momento e estamos votando uma matéria dessa importância, que envolve a vida funcional de sessenta mil servidores do Estado.

E, aliás, quero registrar, Senhor Pre-

sidente, porque esse Substitutivo, inclusive, está em desconformidade com o que o Chefe de Gabinete do Governador do Estado nos falou. Ele falou para nós, o Deputado Caíto Quintana, que o piso, quer dizer, o que ia determinar o piso era o teto, e aí está dizendo o contrário, ninguém vai ganhar vinte vezes mais do que o mínimo. E aí entra exatamente na nossa tese do piso, que a metade do piso que nós estamos aprovando é abono. O que nós aprovamos na votação anterior era abono. Quer dizer o piso vai achatar os de cima, e não ao contrário os de cima é que vão elevar os de baixo.

Essa vinculação é fundamental, isso está muito bem claro. Por isso, pedi duas vezes para o Deputado Fregonese ler, porque não confirma as informações que nós recebemos aqui agora, atrás do plenário.

Então, eu acho que a matéria importante deveria ser deixada para a Sessão de amanhã, Senhor Presidente, questão de ordem que estou formulando.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A Questão de Ordem de V.Exa. não procede, tendo em vista que a matéria foi exaustivamente discutida durante esses quarenta e cinco dias, que se encontra na Assembléia Legislativa. E o Substitutivo é fruto de exaustivas reuniões, havidas de Lideranças e da Comissão de Constituição e Justiça.

Está em votação o Substitutivo Geral da C.C.J., ressalvadas as Emendas de Plenário.

O SR. ERNANI PUDELL (Para Encaminhar) - Quero deixar bem claro a posição da Bancada do PT coerente com a decisão ontem que nós acompanhamos com a Bancada do Governo, quando fixamos os vencimentos dos desembargadores, nós nos mantemos fiéis ao conteúdo original da Mensagem 07/93. E o Substitutivo exclui os membros do Poder Legislativo, ela é inconstitucional, politicamente incorreto, porque nós, ontem, fixamos uma política para os Magistrados que hoje nós não aceitamos para nós próprios.

E quero aqui registrar a posição do PT, que somos radicalmente contra e esperamos que a Assembléia não aprove o Substitutivo, mas sim aprove a Mensagem original.

Então, queremos deixar, antecipadamente, a nossa posição contra o Substitutivo Geral que exclui os membros do Poder Legislativo da vinculação e da isonomia.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Quero registrar mais uma vez que a aprovação do Substitutivo Geral prejudicará



Mensagens 07 e 013, valendo, a partir daí, o Substitutivo Geral com as ressalvas que poderão ocorrer.

Em votação o Substitutivo.

36 aprovam.

13 rejeitam.

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Quero registrar que se encontram os Deputados Algaci Túlio, Paulo Maia, Emilia Belinati, Colombino Grassano, Nelson Justus, Ernani Pudell, Ovídio Constantino, Namir Piacentini, Dalton Machuca, Cezar Silvestri, Plauto Miró e Lourenço Fregonese em pé, votando favorável à Mensagem 07/93 e contra o Substitutivo colocado em votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - 36 aprovam; 13 votam contra.

Está aprovado o Substitutivo da C.C.J..

Tendo em vista ter sido Relator da C.C.J. para o Substitutivo Geral, solicito ao Deputado Oswaldo Trevisan que relate as emendas: n° 01 do Deputado Paulo Maia; n° 02 da Deputada Emilia Belinati; n° 03 da Deputada Emilia Belinati e n° 04 da Banca do PT.

Com a palavra o Deputado Oswaldo Trevisan.

O SR. OSWALDO TREVISAN - São 4 emendas. A primeira delas é a Emenda Supressiva de Plenário n° 01: "Emenda supressiva...

O SR. BASÍLIO ZANUSSO (Pela Ordem) - Eu estou ouvindo o ilustre Deputado relatar a emenda que se refere ao anteprojeto 07. Mas nós acabamos de votar emenda substitutiva geral ao mesmo Projeto, é isso? A votação da Emenda Substitutiva da C.C.J., Sr. Presidente, não prejudica as emendas apresentadas ao mesmo Projeto?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) A Mesa informa que votamos o Substitutivo Geral da CCJ. As emendas de plenário foram ressalvadas para serem apreciadas à parte. Portanto, procede o relatório que estamos fazendo de Comissão Geral.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Meu parecer à emenda, Sr. Presidente, Srs. Deputados é no seguinte sentido:

Fu conheço da emenda pela competência da iniciativa, entendendo-a portanto, constitucional. No entanto, no mérito o meu parecer é contrário porque ela foge aos objetivos do projeto em exame.

O SR. PAULO MAIA (Pela Ordem) - Sr. Presidente, a transformação da sessão em Comissão Geral é para que se analise a constitucionalidade das emendas e não mérito das emendas.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Constitucionalidade e mérito.

A Comissão Geral analisa tudo, tanto que as emendas só em segunda discussão são analisadas em sua plenitude, constitucionalidade e mérito.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Sr.

Presidente, eu gostaria de saber se o parecer do ilustre relator com relação à emenda que suprime o parágrafo 2° do artigo 4° foi favoravelmente nos termos constitucionais?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - O Deputado Oswaldo Trevisan relata contrariamente à aprovação da emenda.

Posteriormente ao relato das outras emendas nós vamos submeter o relato dele à decisão do plenário e em seguida, se aprovado, nós iremos colocar a emenda em votação.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Prosseguindo, Sr. Presidente.

Emenda aditiva de plenário n° 2, ao Projeto de Lei n° 107/93 com a seguinte redação: "Inclua-se onde couber a regulamentação da presente lei será elaborada no prazo de 60 dias e encaminhada à Assembleia Legislativa para apreciação."

Igualmente eu conheço da emenda pela competência da iniciativa, porém meu parecer no mérito é contrário.

- Emenda n° 03 - inclua-se onde couber. "No prazo de 30 dias será encaminhado ao Poder Legislativo o enquadramento dos servidores públicos estaduais às tabelas de acordo com o artigo 2° da presente lei, elaboradas por Comissão Paritária do Poder Executivo e servidores públicos." Igualmente conheço da emenda pela competência da iniciativa, mas no mérito e geral meu parecer é contrário.

- Emenda Supressiva de plenário n° 04 - "Suprima-se da proposição acima a última frase do parágrafo 2° do artigo 4° ou seja, "ficando vedadas as escalas em percentuais." Conheço da emenda pela competência da iniciativa, mas no mérito meu parecer é contrário.

Assim relatando as 4 emendas, cumprimos a recomendação de V.Exa. em dar parecer às mesmas.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Sr. Presidente, só para meu entendimento, acerca da apresentação dessas emendas.

As emendas, aprovado e votado o Substitutivo Geral que alterou radicalmente, no meu entendimento, as emendas apresentadas que fazem referência a dispositivos do projeto de lei não podem ser aceitos. Emendas apresentadas ao projeto original, cuja emenda fizer referência espe-



cífica a Artigos, Dispositivos, Parágrafos e tal, não pode ser aceito.

Agora, em meu modesto entendimento, Senhor Presidente, Emendas de cuja leitura depende do: "inclua-se onde puder", muito bem, mas alterarmos agora o projeto originário, não! Porque agora subsiste a Emenda Substitutiva.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputado Oswaldo Trevisan relatou favoravelmente a apreciação das Emendas quanto ao seu aspecto constitucional, e contrariamente ao seu mérito.

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Senhor Presidente, o Deputado Oswaldo Trevisan fez tal relato baseado em qual Artigo do Regimento Interno?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Baseado na Comissão Geral aprovada por este Plenário. Em Votação o parecer das quatro Emendas.

O SR. PAULO MAIA - (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Ainda bem que o nobre relator relatou e destacou a iniciativa das Emendas. Eu acho que aí já cobre alguma coisa. Obviamente que não podemos concordar, em hipótese alguma na análise do mérito, das referidas Emendas. Por que citamos isso? Porque no momento em que vemos neste Plenário o Projeto 186, demonstrando através das tabelas de vencimentos salários colocados, em muitas tabelas, abaixo do salário mínimo, e aqui está para se provar e comprovar o que vai acontecer posteriormente, inclusive o Deputado Ernani acabou de citar a questão do abono que virá, a nível de funcionário público.

E aqui nós vamos destacar o que estabelece a Emenda nº 1. O Projeto, tanto o Substitutivo quanto a Mensagem 107, estabelece o fim das tabelas com as escalas em percentuais para o servidor público. E nós temos que destacar que no Estado ainda temos o quadro da Polícia e do magistério com tabelas, que se não estão piores os seus salários ficarão ainda piores e nós perderemos muito mais, em termos de servidores públicos, com a falta da política salarial, com o plano de carreira, com o plano de salários que não veio e que não está embutido nesta Mensagem. Por isso a nossa preocupação, até que se dê a competente iniciativa e até ontem nós queríamos destacar a intenção do Governador Roberto Requião de criar um plano de cargos e salários, nós destacaríamos esta iniciativa, porque é uma aspiração do funcionalismo público, de todos os Poderes.

Nós estamos vendo funcionários públicos desta Casa, com chapéu na mão, todo

dia pedindo uma condição mínima de vida.

Há poucos dias vimos a taquigrafia fazendo uma mobilização, para que fossem ouvidos, estamos vendo, em cada canto dessa Casa, os funcionários pedindo a condição de sobrevivência, pelo menos, e este quadro se generaliza, a nível de Estado.

E no momento em que aqui, vai-se assaltar, mais uma vez, um direito conquistado pelos servidores, nós não podemos concordar, em hipótese alguma, com este tipo de postura do Governo do Estado.

Por isso apresentamos esta Emenda assim como foram apresentadas as demais Emendas dizendo, inclusive aqui nós queremos destacar mais uma das Emendas onde diz: no prazo de 30 dias será encaminhado ao Poder Legislativo o enquadramento dos servidores públicos estaduais, as tabelas de acordo com o artigo 2º da presente lei, elaboradas por comissão paritária do Poder Executivo e servidores públicos.

Para que a gente demonstre de fato as verdades a respeito da política salarial dos servidores públicos que não acontece, nós deveríamos pelo menos respeitar essas emendas que procuram o direito mínimo de sobrevivência daqueles que têm os piores salários em todos os Poderes. E isso, lamentavelmente, nós queremos registrar por discordar da forma como foi feita a análise do mérito pelo companheiro, Deputado Oswaldo Trevisan. Obviamente o companheiro não deve e jamais viveu a realidade do servidor público, principalmente daquele que ganha um salário mínimo, ou pouco mais do que o salário mínimo.

Com certeza, o mérito analisado desta forma, caracteriza de fato, e se for aprovado nesta Casa desta forma, e em cima do mérito, nós vamos demonstrar que estamos mais uma vez dando um cheque em branco, para o Governador do Estado mais uma vez continuar arrasando com a vida do servidor público do Estado do Paraná em todos os sentidos.

O SR. DR. ROSINHA (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

A Bancada do PT também apresenta emenda ao parágrafo 2º, artigo 4º do Projeto de Lei 107/93. Diz o original que as tabelas de vencimentos serão fixadas em valores nominais, ficando vedadas as escalas percentuais. A nossa emenda propõe a retirada ficando vedadas as escalas e percentuais.

Senhores Deputados, se hoje existe escalas percentuais, significa que pelo menos tem no mínimo um plano de cargos com sua respectiva remuneração. A não aprovação da emenda, como recomenda o senhor relator, significa que vai tratar-se igualmente servidor que tem um ano, dois, dez



quinze, ou vinte anos de Estado. Significa total desrespeito a uma legislação que foi conquistada às duras penas pelos servidores e vai ficar à mercê do Senhor Governador para dar os reajustes, sem respeitar tempo de trabalho, de acordo com a vontade dele. Como disse o Deputado Paulo Maia, é mais um cheque em branco que essa Assembléia passa ao Senhor Governador.

Tudo que até aqui foi votado, que se diz respeito de isonomia ou não, vai por água abaixo na hora que não fixa tabela isonômica, nem mesmo respeitando as categorias, porque o Governador pode fazer isso se assim ele desejar no momento de mandar as novas propostas para cá.

Queremos lembrar que no ano passado nós alertamos que esta Casa estava dando um cheque em branco para o Senhor Governador no que diz respeito fazer a isonomia salarial.

O prazo esgotou-se, o Governador não fez a isonomia salarial, a Assembléia estabeleceu um prazo legal que poderia ser feito no plano de cargos e salários quando nós votamos o fundo de previdência, e este Parlamento felizmente derrubou aquele voto.

O Governador tem a chance ainda de remeter, já está se esgotando, e aqui como ele sentiu que está esgotando nesse Projeto de Lei, ele pede novamente que não faça plano nenhum, que não tenha isonomia nenhuma.

Portanto, se os Senhores Deputados quiserem que o Governador cumpra, tem que ser aprovada as emendas propostas. O mérito talvez dito pelo Deputado Relator é o mérito de podermos legislar. E ele quer tirar este mérito do Parlamento. Este mérito nosso de legislar na questão isonômica e na questão dos planos junto com o Senhor Governador. No entanto, se continuar votando conforme está no substitutivo, e conforme recomenda o relator, vai por água abaixo toda e qualquer coisa que aqui foi votada até agora.

Não existirá nenhuma obrigatoriedade do Senhor Governador no que diz respeito às tabelas, porque ele diz: ficam vedadas as escalas percentuais. Fica na vontade dele. Quem entrou hoje pode receber remuneração superior a quem está há quinze anos no serviço público.

Mas tem gente que diz: mas ele não será louco para fazer isto. Ocorre que ele é louco e poderá fazer isto.

O SR. ALGACI TÚLIO - Para encaminhar.

Senhor Presidente, Senhores Deputados. A obrigação de se fazer cumprir os parâmetros constitucionais da administração pública, na parte que trata dos vencimentos dos servidores públicos, não pode oportunizar que decretamos injustiças e

accedências importantes no serviço público, como aqueles relacionados com a segurança pública, sob argumento de que a Constituição proíbe vinculações de vencimentos. Propõe o Governador que as tabelas de vencimentos sejam fixadas em valores nominais, ficando vedadas as escalas e percentuais.

Ora, isto vem colocar por terra a conquista das mais importantes dos servidores civis e militares da área da Segurança Pública no Paraná.

Na Polícia Militar o soldo é calculado em percentuais, tomando-se por base o valor pago a um coronel. Embora estes índices tenham sido sistematicamente achatados, não deixa de ser uma forma de garantir aos servidores militares que seus vencimentos acompanhem aqueles dos superiores, impedindo discrepâncias salariais.

Vejam que nem com esta vinculação os salários dos policiais militares estão em nível digno. Inúmeras vezes trouxemos aqui nesta Casa os problemas da classe policial na questão salarial.

Considerando isto como ponto fundamental para a matéria para a própria conquista de um serviço de segurança pública para o Paraná.

Para os integrantes das carreiras policiais civis, isto também não é diferente. Através de um artifício engendrado no meio de uma lei de reajuste salarial, o ex-Governador Álvaro Dias extinguiu o escalonamento vertical na Polícia Civil e isto desvinculou o salário das classes policiais do salário do delegado de polícia, com o qual tinha correspondência. E com a nova Constituição, os delegados obtiveram a vinculação com os magistrados, ao passo que os demais policiais civis tiveram seus vencimentos cada vez mais achatados.

O retrato disto é um quadro completamente desestimulado diante dos salários que aviltam a sobrevivência humana.

Em que pese todo o respeito que tenho aos Delegados de Polícia presentes, não se resume a eles, as demais carreiras são de fundamental importância para a segurança pública.

E, para reparar esta injustiça, já está tramitando nesta Casa com parecer favorável da Comissão de Segurança Pública, um projeto de lei do Deputado Anibal Khury, restituindo o escalonamento vertical para a Polícia Civil.

Diante disto, é o que o Deputado Paulo Maia, a bancada do PDT, colocou a emenda nº 1 que foi aprovada na sua continuidade.

No entanto, reprovada pelos méritos, quando entendo até que talvez o Deputado Oswaldo Trevisan fizesse o contrário, porque é o mérito que ela tem que ser aprovada. Se não, leva tudo água abaixo. A lei não pode ser usada para justificar qual-



quer ato que tira o caráter de justiça, se não a lei não é lei, não é nada.

Vamos nós, mais uma vez, dar mais um cheque em branco ao Governador do Estado. Fica aqui a nossa posição contrária a esta forma que age o Governo do Estado que acaba derrubando conquistas que foram obtidas com muito sacrifício pelas categorias e que agora se vê tudo ao nada nesta decisão tomada pelo não recebimento, pela não aprovação desta emenda, n° 01, da Bancada do PDT.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Os Deputados que forem favoráveis aos pareceres do Deputado Oswaldo Trevisan permaneçam como estão. APROVADOS.

Solicito aos Senhores Deputados que ocupem seus lugares.

Quando reinar silêncio em ambas as colunas desta Casa, nós ouviremos a Deputada Emilia Belinati pela ordem.

Esta Presidência concede a palavra à Deputada Emilia Belinati pela ordem.

A SRA. EMILIA BELINATI - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Nós não podemos entender a apreciação feita pelo Deputado Trevisan com relação ao mérito das Emendas. Nós do Poder Legislativo estamos abrindo mão da nossa prerrogativa. Vou ler o conteúdo das Emendas:

"No prazo de trinta dias será encaminhado ao Poder Legislativo o enquadramento dos servidores públicos estaduais às tabelas de acordo com o artigo 2° da presente lei, elaborados por comissões paritárias do Poder Executivo e servidores públicos".

É dever desta Casa, é função desta Casa analisar os projetos do Poder Executivo. O que tem acontecido aqui é exatamente o contrário. O Poder Executivo tem encaminhado mensagens de reajuste e a Assembleia Legislativa tem dado um cheque em branco para o Governo do Estado.

Nós da Bancada do PDT apresentamos esta emenda no sentido, exatamente, de não abrir mãos das prerrogativas desta Casa, do Poder Legislativo.

Muitos dos Senhores que estão aqui nesta tarde, que ficaram felizes hoje com a aprovação do projeto original, voltarão, com certeza, a esta Casa para reivindicar uma política salarial do Governo do Estado. O Governo do Estado não encaminhou a esta Casa uma proposta, proposta nenhuma de política salarial ao Funcionalismo Público. Eu temo que, quando os senhores funcionários públicos abrirem os olhos, esta Casa concedeu ao Poder Executivo um cheque em branco para que ele faça política salarial do funcionalismo público ao seu bel-prazer, sem a apreciação desta Casa.

Eu não acredito, não concordo. E fica

aqui o meu protesto com relação ao parecer do Deputado Trevisan contrário às prerrogativas da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná.

O SR. PAULO MAIA - Eu requeiro verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Os Senhores Deputados que forem favoráveis ao parecer do Deputado Oswaldo Trevisan queiram levantar-se.

Trinta e três (33) Senhores Deputados aprovam.

Está aprovado o parecer.

O SR. PAULO MAIA - Verificação de votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Já foi pedida a verificação de votação.

O SR. ERNANI PUDELL - Senhor Presidente, uma questão de ordem e um esclarecimento.

Desculpe a minha ignorância jurídica mas esta Mensagem, este projeto de lei simples pode revogar uma lei complementar?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Qual projeto de lei?

O SR. ERNANI PUDELL - Este que nós estamos aprovando, o 107/93.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Este projeto está autuado como projeto de lei e é nessa condição que foi analisado pela Comissão de Constituição e Justiça. Portanto, está em plenas condições de ser apreciado pelo Plenário.

O SR. ERNANI PUDELL - Mas ele substitui, ele consegue revogar uma lei complementar?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - A própria Constituição do Estado diz que lei regulamentará.

Em votação a Emenda n° 01. Os Senhores Deputados que aprovam permaneçam como estão e os que forem contrários queiram levantar-se.

Está rejeitado.

O SR. PAULO MAIA - Senhor Presidente, eu solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Os Senhores Deputados que forem favoráveis à Emenda n° 01 queiram levantar-se.

O SR. ERNANI PUDELL - Pela ordem, Senhor Presidente. (Assentimento)



O teor da Emenda qual é?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Fica suprimido o § 2º do artigo 4º do projeto de lei nº 107/93.

O SR. ERNANI PUDELL - Só esclarecendo o Plenário antes disso, Senhor Presidente, que é exatamente a minha preocupação, porque esse artigo suprime um outro artigo de uma lei complementar e eu entendo que ele é inconstitucional do Estatuto do Magistério Público 07/76. É essa a questão, era uma emenda para corrigir o erro.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Deputados favoráveis queiram levantar-se: treze. Os que forem contrários queiram levantar-se: trinta e oito.

**Está rejeitada a emenda.**

Emenda de Plenário nº 02.

**Rejeitada.**

Emenda de Plenário nº 03.

**Rejeitada.**

Emenda de Plenário nº 04.

**Rejeitada.**

O SR. DR. ROSINHA - Requeiro Verificação de Votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Quatorze favoráveis, trinta e três rejeitam.

**Está rejeitada a emenda. O projeto irá a 3ª discussão.**

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 186/93, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 016/93, os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em comissão e as funções gratificadas dos servidores civis e militares, bem como os salários do pessoal contratado nos termos da Lei nº 9.198, de 08 de janeiro de 1990, da Administração Direta e das Autarquias do Poder Executivo, ficam, a partir de 1º de maio de 1993, reajustados na forma das tabelas que constituem o anexo único, desta Lei. Com PARECERES FAVORÁVEIS da CCJ e da CF. EM REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Emendas de Plenário, em nº de 07 (sete), de autoria dos diversos Senhores Deputados, devidamente apoiadas, nos seguintes termos:

PROJETO DE LEI Nº 186/93  
EMENDA DE PLENÁRIO Nº 01 AO  
SUBSTITUTIVO GERAL

EMENDA SUPRESSIVA

"Suprima-se do artigo 5º do Projeto de Lei nº 186/93 os incisos VI e VII".

Sala das Sessões, em 19.05.93

(a) EMILIA BELINATI

Apoiamento: Luiz Carlos Zuk, Colombino Grassano, Algaci Túlio, Namir Piacentini, Dalton Machuca, Mário Bezerra, Cezar Silvestri, Paulo Maia.

JUSTIFICATIVA:

Segundo a Constituição Federal, em seu artigo 241, as carreiras de Delegado de Polícia e de Procurador do Estado têm assegurada isonomia de vencimentos com as carreiras disciplinadas no artigo 135 desta mesma Constituição, quais sejam: Magistratura e Ministério Público.

EMENDA ADITIVA DE PLENÁRIO Nº 02

Acrescentar mais um artigo no Projeto de Lei nº 186/93, nos seguintes termos:

"Art. 11 - A próxima Mensagem sobre o reajuste dos servidores públicos estaduais, a ser encaminhada à Assembléia Legislativa, deverá conter a correção das distorções existentes nas tabelas de todas as categorias, depois de amplamente discutidas com os representantes dos servidores públicos estaduais e do Poder Legislativo".

Sala das Sessões, em 19.05.93

(a) EMILIA BELINATI

Apoiamento: Algaci Túlio, Luiz Carlos Zuk, Namir Piacentini, Colombino Grassano, Cezar Silvestri, Dalton Machuca, Mário Bezerra, Paulo Maia.

JUSTIFICATIVA:

Considerando-se as graves e prejudiciais distorções contidas nas tabelas anexadas a esse Projeto, entendemos que só com as devidas correções será possível atender-se as necessidades dos servidores públicos do Estado.

EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO Nº 03

Dá-se nova redação ao Art. 9º do Projeto de Lei nº 186/93, nos seguintes termos:

"Art. 9º - Os servidores que por adequação de reajuste, resultante da transferência da administração indireta para a direta, percebiam salários que extrapolem o valor final da classe correspondente ao cargo ocupado serão enquadrados na referência 11 do respectivo cargo, após a aplicação do índice de 28% (vinte e oito por cento), sobre os valores vigentes em abril de 1993.

Parágrafo Único - Os salários dos servidores que, após aplicado o disposto neste artigo, extrapolem apenas aos próximos reajustes gerais".

Sala das Sessões, em 19.05.93

(a) EMILIA BELINATI

Apoiamento: Luiz Carlos Zuk, Algaci Túlio, Namir Piacentini, Colombino Grassano, Dalton Machuca, Cezar Silvestri, Mário Bezerra.



ra, Paulo Maia.

**JUSTIFICATIVA:**

Com esta redação proposta, pretende-se corrigir o que entendemos ser um desrespeito a decisões do Poder Judiciário, que tem nas setenças reconhecendo direitos dos servidores, revogados.

**EMENDA MODIFICATIVA DE PLENÁRIO N° 04**

Dá-se ao § 2° do art. 2° da proposição em epígrafe a seguinte redação:

"O valor resultante da aplicação do disposto neste artigo será pago na forma de piso salarial, sendo integral para uma jornada de trabalho de 40 horas semanais e proporcional nos demais".

Sala das Sessões, em 19.05.93

(aa) OVÍDIO CONSTANTINO

ERNANI PUDELL

DOUTOR ROSINHA

Apoiamto: Cezar Silvestri, Dalton Machuca, Mário Bezerra.

**JUSTIFICATIVA:**

A alteração da emenda deve-se ao cuidado de se evitar perdas salariais aos já tão sacrificados servidores públicos estaduais, com reflexo em suas aposentadorias.

Desta forma a emenda assegura o não achatamento do teto salarial, evitando uma isonomia pela menor remuneração.

**EMENDA SUPRESSIVA DE PLENÁRIO N° 05**

Suprima-se o § 3° do art. 2° do projeto de lei n° 186/93.

Sala das Sessões, em 19.05.93

(aa) DOUTOR ROSINHA

ERNANI PUDELL

OVÍDIO CONSTANTINO

Apoiamto: Cezar Silvestri, Dalton Machuca, Mário Bezerra.

**JUSTIFICATIVA:**

A supressão deste dispositivo deve-se ao fato de o abono não garantir uma evolução salarial dentro das respectivas tabelas de vencimentos, pois não se incorpora aos salários, representando tão somente um ato unilateral e paliativo, conseqüentemente não solucionando as distorções entre o salário máximo e o mínimo, conforme objetivo do Poder Executivo.

**EMENDA DE PLENÁRIO N° 06**

Oriundo da Mensagem Governamental n° 016/93.

O artigo 4° passa a ter a seguinte redação:

"Art. 4° - O valor do salário-família, por dependente legal, fica fixado em Cr\$ 51.200,00 (cinquenta e um mil e duzentos cruzeiros) e o valor das Pensões Especiais em Cr\$ 6.309.680,89 (seis milhões e trezentos e nove mil e seiscentos e oitenta

cruzeiros e oitenta e nove centavos)."

Sala das Sessões, em 19.05.93

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

Apoiamto: Luiz Carlos Martins, Cezar Silvestri, Dalton Machuca, Geraldo Cartário, Mário Bezerra, Domingos Carvalho.

**JUSTIFICATIVA:**

A apresentação desta Emenda é a forma para aumentar um mínimo possível as Pensões Especiais que passarão de Cr\$ 4.500.000,00 (quatro milhões e quinhentos mil cruzeiros) para Cr\$ 6.309.680,89 (seis milhões, trezentos e nove mil, seiscentos e oitenta cruzeiros e oitenta e nove centavos).

A proposição em causa tem a mais alta procedência técnica e social. Com efeito ela objetiva dar cunho do mesmo tratamento dado ao mínimo dado ao funcionalismo em geral.

Tomando como referência o mínimo concedido no artigo 2°, entendemos como válida esta Emenda como prova de que esta Casa, está como sempre esteve, preocupada com a situação de penúria dos(as) pensionistas do nosso Estado.

Em última análise, aprovada esta Emenda, temos absoluta certeza que a sensibilidade do Excelentíssimo Senhor Governador fará acolhê-la.

**EMENDA DE PLENÁRIO N° 07**

Oriundo da Mensagem Governamental n° 016/93.

O § 3° do Art. 7° passa a ter a seguinte redação:

"§ 3° - Fica assegurado o benefício deste artigo aos docentes que tenham requerido aposentadoria, com o pedido protocolado até 30 de dezembro de 1991, e aqueles que nessa mesma data tivessem tempo de serviço suficientes para se aposentarem.

Sala das Sessões, em 19.05.93

(a) ANTÔNIO ANNIBELLI

Apoiamto: Luiz Carlos Martins, Cezar Silvestri, Dalton Machuca, Geraldo Cartário, Mário Bezerra, Domingos Carvalho.

**JUSTIFICATIVA:**

Esta Emenda se faz necessária pois, em razão do conteúdo da Lei n° 9887 de 27 de dezembro de 1991, onde, embora a intenção tenha sido de bem servir e beneficiar os professores do Ensino Superior do Estado, marginalizou aqueles que permaneceram na ativa, mesmo com tempo de serviço para aposentadoria.

Isto posto, solicitamos aos nobres Deputados o acolhimento desta Emenda para reparar a marginalidade em que se encontram alguns poucos professores com tempo de serviço vencido.



O SR. ALGACI TÚLIO - (Pela Ordem) - Para registrar a presença, entre nós, da Vereadora por Curitiba, Rosa Maria Chiamulera, que faz uma visita, hoje, a este Parlamento.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Designo o Deputado Oswaldo Trevisan, que foi o Relator desta matéria, na Comissão de Constituição e Justiça, para que em Comissão Geral relate as sete Emendas apresentadas a este Plenário e lidas pelo Nobre 2º Secretário, Deputado Toti Colaço.

O SR. OSWALDO TREVISAN - Senhor Presidente e Senhores Deputados, com a incumbência de relatar as Emendas de Plenário, de números 1 a 7, todas elas lidas à Mesa pelo Nobre Deputado Toti Colaço, eu me dispense de lê-las novamente.

Examinando as Emendas, Senhor Presidente, o meu Parecer é pela constitucionalidade. Parecer favorável, reservando-me o direito de votar com a Bancada.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação o Parecer às Emendas números 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7, formulado pelo Relator, Oswaldo Trevisan. Está APROVADO o Parecer.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI - Senhor Presidente, eu pediria destaque à Emenda nº 6, de minha autoria.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Gostaria que fosse assegurada a votação individual das Emendas.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Será desta forma procedido pela Presidência.

Em discussão o Projeto e as Emendas.  
Em votação o Projeto e as Emendas.  
APROVADO o Projeto.

Em votação a Emenda de Plenário nº 1, da Deputada Emilia Belinati.

(Lê Emenda nº 1).REJEITADA.

Em votação a Emenda nº 2, da Deputada Emilia Belinati.

(Lê Emenda nº 2).REJEITADA.

O SR. OVÍDIO CONSTANTINO - Solicito Verificação de Votação, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - 28 (vinte e oito) dos Senhores Deputados rejeitam. REJEITADA a Emenda.

Em votação a Emenda nº 3, da Deputada Emilia Belinati. (Lê Emenda nº 3).REJEITADA.

Em votação a Emenda nº 4, dos Deputados Ovídio Constantino, Ernani Pudell e Doutor Rosinha. (Lê Emenda nº 4).

Para encaminhar, com a palavra o Depu-

tado Ernani Pudell.

O SR. ALGACI TÚLIO - Pela Ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Pela Ordem o Deputado Algaci Túlio.

O SR. ALGACI TÚLIO - Apenas para lembrar a Vossa Excelência se estamos ainda dentro do tempo regulamentar da Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Nós estamos numa Sessão Extraordinária que tem um prazo de duração de duas horas e meia.

O SR. RENATO ADUR (Pela Ordem) - Senhor Presidente. (Assentimento)

Nós também encaminhamos Requerimento pedindo prorrogação do horário dentro do Regimento.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Se for necessário, prorrogaremos.

O SR. ERNANI PUDELL (Para Encaminhar) - Senhor Presidente, Senhora e Senhores Deputados.

Eu vim até aqui da Tribuna para que pudesse tentar fazer com que os Deputados percebam a importância dessa Emenda que nós apresentamos.

Eu conversei com o Líder da Bancada do Governo, conversei com vários Senhores Deputados e quero dizer o seguinte: Até aqui o que passou, passou, só que o parágrafo 2º do artigo 2º da Lei 186, se os Senhores Deputados tivessem o cuidado de analisar e acompanhar o meu raciocínio, vão perceber que a manutenção desse artigo na forma que está aqui, vai fazer com que esses mesmos observadores que estão na Tribuna de honra hoje, que nos aplaudem, serão aqueles que irão nos jogar pedras amanhã.

Só que dessa vez, eles serão engrossados por todos aqueles funcionários públicos que irão descobrir que nesse dia de hoje, o Governador do Estado enviou a Mensagem e a Assembléia aprovou e nós temos um piso de seis milhões e seiscentos para o funcionalismo do Paraná.

Todos aqui acreditam e imaginam que esse piso será a base para a correção dos aumentos futuros. E esse piso é importante que se esclareça, é o mesmo que limita o maior salário, ou seja, se nós observarmos hoje, o piso foi fixado em seis milhões e trezentos e o teto máximo em noventa e três milhões, que é o salário do Secretário, que está em conformidade com outro Dispositivo que nós aprovamos aqui, que a relação entre o maior e o menor salário não poderá exceder a vinte vezes. Muito bem, esta Lei, este Dispositivo de que não



podará exceder a vinte vezes, é que vai determinar sempre o teto máximo, o piso que nós estamos aprovando é que vai determinar o teto máximo. Mas hoje está satisfatório, todo mundo está contente, os Procuradores, os Delegados de Polícia, todos estão satisfeitos. Só que eu, talvez infelizmente, pela minha experiência de doze anos de advocacia trabalhista, aprendi com toda a clareza de que abono, vejam bem o que consta no Parágrafo 2º - O abono - não sofre reajustes, Senhores Deputados. O Parágrafo 2º diz o seguinte: "o valor resultante da aplicação do disposto nesse artigo será pago na forma de abono". O que quer dizer esse artigo especificamente?

Acompanhem, Senhores Deputados, o primeiro nível 1, aqui da tabela dos vencimentos básicos para quarenta e oito horas do Poder Executivo do Quadro Geral - diz ali: três milhões, cento e nove mil cruzeiros, oitocentos e quarenta e um. Isso significa o seguinte: Que daqui há um mês ou dois meses, quando o Governador enviar a Mensagem de reajuste salarial, digamos, 100%. Os 100% vão incidir sobre três milhões e cento e oito, e o resto é abono, abono é congelado. Então, vai separar o abono, faz um reajuste sobre os três milhões, então vai para seis milhões, que se soma a um reajuste congelado de três milhões, que na prática daqui a dois meses com inflação de 100% ele está valendo hum mil e quinhentos. Esta é a grande questão.

Para que o raciocínio fique mais simplificado, é que no próximo reajuste ao invés do piso ser 6 milhões e 300 ele será, na verdade, 4 milhões e 500 mil cruzeiros em valores de hoje, será 4 milhões e 500 muito próximo do que é o salário mínimo. Logo, 4 mil e 500 multiplicado por 20, o piso máximo será inferior. Vejam bem, o piso que nós aprovamos que vale para os desembargadores, é 126 milhões, no mês que vem vai ser 90 e o que é mais grave, a base ficará sempre com a perda salarial que é exatamente o abono congelado.

Percebam os Senhores! Isto é um grande problema para a Assembléia Legislativa aprovar esta Lei. Porque o que nós fizemos com a emenda modificativa e a supressiva do § seguinte, para que pelo menos o Poder Legislativo que já aceitou votar todas essas matérias em cima da política salarial vetou, nós que já aprovamos a vinculação de Secretários com Desembargador, que já retiramos o nosso salário das vinculações.

Nós que já aprovamos tudo isso, tudo o que o Governador queria, pelo menos nós podemos garantir para os funcionários públicos que nós não institucionalizamos o arrocho salarial. E aqui estava o Chefe da Casa Civil há pouco me dizendo - "Não, o nosso computador está programado para toda vez que aumentar o de cima aumentar o

debaixo". Isso não é correto! O dispositivo que nós aprovamos anteriormente na Lei do Projeto 107 é muito claro, o de cima, o maior salário do Estado não poderá ser superior a 20 vezes o menor. Isso significa dizer que quem determina o maior salário é o debaixo não o inverso: que o salário de cima vai multiplicar o debaixo. É a relação inversa. Isso está muito claro e eu tenho absoluta certeza do que estou falando, pelos conhecimentos, pela minha experiência profissional, estou alertando aos Senhores Deputados! Este talvez seja o maior dos problemas que nós poderemos estar criando para nós mesmos. E por que eu digo isso? Porque daqui a pouco: 3, 4 meses esse piso que é um piso relativamente atraente de 6 milhões e 300, vai se transformar em salário mínimo, isso significa, daqui alguns meses, que nenhum servidor, nenhum desembargador, nenhum juiz poderá ganhar mais do que 20 salários mínimos e isso é o maior achatamento da história dos funcionários dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário porque nós nos vinculamos todos.

Eu tenho certeza absoluta de que se houvesse o mínimo de decência por parte desta Casa, a Assembléia Legislativa do Paraná que aprovou tudo que o Governador quis, que se colocou contra a posição dos magistrados, pelo menos, procurasse resguardar aqueles que estão na base da pirâmide.

Com a emenda modificativa que fizemos, a coisa é muito simples: os 6 milhões 300, se tornariam um piso efetivo sobre o qual os próximos reajustes vão incidir de forma integral. Aí teve um outro Deputado que falou preocupado - "Não, mas daí você vai quebrar o Estado, o Governador pode não ter condições de pagar o reajuste?" Ora, Senhores Deputados, nós não temos política salarial nenhuma, pelo que nós aprovamos aqui, o Governador poderá dar o reajuste que ele achar possível, ele não está obrigado por nenhuma regra. Se nós tivéssemos aprovado uma Lei salarial que obrigasse ele a dar reajuste integral conforme a inflação, piso salarial elevado que, no primeiro reajuste, quebraria o Estado, tudo bem! Mas não tem!

O Governador do Estado tem o arbítrio hoje de fazer os reajustes salariais que ele bem entender, do jeito que ele entender. Agora o que nós não podemos concordar é que exatamente aqueles que menos ganham sejam os únicos excluídos dos benefícios e dos avanços que essa Lei traz.

E sabe o que vai acontecer, Senhores Deputados, a relação é simples, o salário que está embaixo vai determinar o último de cima. Como a inflação sobe acima, mas o abono não vai permitir o reajuste



integral, os salários de baixo vão corrigir os de cima. Ou seja, os salários mais altos serão achatados. As carreiras intermediárias que estiverem do piso e um pouco longe do teto são as que vão ganhar os reajustes integrais. Serão os únicos. Nós chegaremos em pouco tempo com esta lei em situações em que, praticamente, não vai haver diferença entre funcionários médios e funcionários de último escalão. Não que os médios vão ganhar mais, vão estar numa situação privilegiada. É que eles vão bater no topo, porque o topo está sendo arrojado

Essa questão é fundamental, apelei para o Líder do Governo para que perceba o sentido da Mensagem. Ela não prejudica o projeto, ela não traz problemas para o Governo, a menos que o Governo esteja mal intencionado; a menos que o Governador do Estado esteja com a sua estratégia planejada para o futuro de fazer caixa de campanha às custas do funcionalismo.

Mas como sabemos que o Governador Roberto Requião ou o vice - que talvez assuma o Governo - não são de usar a máquina para fazer campanha, temos certeza que essa emenda que estamos apresentando não vai trazer problemas ao Governo e será plenamente absorvida.

Então, peço aos Senhores Deputados - imploro - que pelo menos isso a gente salve de tudo isso que a gente votou, pelo menos esta emenda, pela importância que ela tem, pelo sentido que ela traz. Ela vai evitar armadilhas e estamos falando de amanhã, 60 mil servidores xingando Deputado, que nós aprovamos uma lei de arrocho salarial e não de reajuste salarial.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Está em votação a Emenda n° 04.  
Está rejeitada.

O DR. ROSINHA (Pela Ordem) - Requeiro verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação a Emenda. Dezesseis aprovam, vinte e seis rejeitam.

Rejeitada.

Em votação Emenda n° 5.

Rejeitada.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Em votação Emenda n° 5. Quinze aprovam, vinte e oito rejeitam.

Rejeitada.

Emenda de n° 6.

Aprovada.

Antônio Annibelli, Emenda n° 7.

Aprovada. O Projeto irá a 3ª Discussão e Redação Final.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI (Pela Ordem) - Apenas eu queria agradecer a este Plenário pela sensibilidade e demonstrar o valor dessa Casa, quando mesmo vindo do Governo a matéria tem erros ou injustiças.

E aí foram reparadas duas injustiças, as pensionistas, aquelas viúvas de militares assassinados, ou esposas de ex-Prefeitos, enfim aquelas senhoras que ganhariam um mínimo, menos que o salário mínimo.

Então o Governo e a Bancada do Governo com a Oposição demonstram inteligência em aprovar esta matéria e a Emenda n° 7 que repara injustiça com os médicos do Paraná.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Registre-se os votos de louvores de V. Exa. a todos os Deputados desta Assembléia Legislativa.

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Eu não vi o Projeto 188 e nem o 189 publicado na pauta, eu pelo menos não tenho conhecimento.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Vossa Excelência estava presente a CCJ, quando ele foi aprovado.

O SR. ERNANI PUDELL - O Projeto no mínimo, no mínimo tem que estar em pauta um dia antes para a gente poder ler e saber o que está votando.

O SR. ORLANDO PESSUTI - Por decisão deste Plenário foi aprovada a discussão desses Projetos em Sessões Extraordinárias, e os mesmos já têm Parecer da CCJ. Faremos a leitura desses Projetos, atendendo ao pedido de V. Exa.

O SR. 2º SECRETÁRIO (Toti Colaço) - Lê o Projeto de Lei 188/93:

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 188/93, de autoria do Tribunal de Contas do Estado, fixa, conforme especifica, vencimento básico mensal do Cargo de Procurador Geral junto ao Tribunal de Contas do Paraná, do Cargo de Auditor e do Cargo de Procurador, junto ao mesmo Tribunal, e dá outras providências. Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ. (Publ. no D.A. n° 52 de 19.05.93).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA

P A R E C E R:

O anteprojeto n° 188/93, originário do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, fixando o salário básico do seu Procurador



Geral, atende às exigências legais, constitucionais e à Técnica Legislativa.

Somos pela sua apreciação em Plenário.

Sala das Sessões, em 19.05.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
COLOMBINO GRASSANO - Relator

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Um esclarecimento Senhor Presidente.  
Esse é o vencimento básico, é isso?

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Perfeitamente, os valores finais é só aplicar o valor de representação e estão devidamente adequados, foram já conferidos pela CCJ, eles ficam devidamente adequados às matérias aprovadas para o Tribunal de Justiça e a Procuradoria Geral do Estado.  
Em discussão. Em votação. Deputados que aprovam permaneçam como estão.  
Aprovado.

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 189/93, de autoria da Procuradoria Geral de Justiça, reajusta os níveis de vencimentos dos cargos efetivos, em Comissão e as funções gratificadas dos servidores ativos e inativos, do Quadro de Pessoal da Procuradoria Geral de Justiça, ficam, a partir de 1º de maio de 1993, na forma das tabelas que constituem o anexo único, desta Lei. Aprovado. Com PARECER FAVORÁVEL da CCJ. (Publ. no D.A. nº 52 de 19.05.93).

#### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 189/93

##### P A R E C E R:

O Projeto de autoria da Procuradoria Geral da Justiça tem por finalidade fixar vencimento básico do cargo efetivo, em comissão, as funções gratificadas dos servidores do Ministério Público.

Analisando a matéria no aspecto constitucional e legal nada encontramos que possa obstar a presente proposição.

Sendo assim nosso parecer é favorável.  
É o parecer.

Sala das Comissões, em 19.05.93

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente  
NILTON BARBOSA - Relator

O SR. ERNANI PUDELL (Pela Ordem) - Só registrar Senhor Presidente que nos dois Projetos, nesse e no anterior, os Protestos da Bancada do Partido dos Trabalhadores pelo absoluto descumprimento do Regimento Interno, que assegura um prévio conhecimento dos Senhores Deputados às matérias a serem votadas. Isto é grave, é um precedente muito grave, e que esse Poder não pode mais aceitar esse tipo de situação. Era isso, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Sobre a Mesa, Requerimento nº 1333 de auto-

ria do Senhor Deputado Toti Colaço, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

O SR. ALGACI TÚLIO (Pela Ordem) - Senhor Presidente, tomamos conhecimento agora pouco, e fomos abordados por vários funcionários.

Queremos saber se procede uma informação de que a Mesa Executiva estaria preparando um aumento adicional de 17% aos funcionários da Assembléia.

Eu pretendo tranquilizar e passar essa informação aos funcionários.

Eu queria que a Mesa me desse essa informação.

O SR. PRESIDENTE (Orlando Pessuti) - Logo a seguir nós responderemos a questão de ordem de Vossa Excelência, porque não foi ainda adotada nenhuma decisão da Comissão Executiva.

E após consultar o Deputado Manfrinato e o Deputado Anibal Khuri, poderemos, se for o caso, anunciar ainda hoje qualquer medida.

Enquanto aguardamos a distribuição da Ordem do Dia, da pauta, para os Senhores, Deputados, essa Presidência registra com satisfação a presença em Plenário do Prefeito de Prudentópolis, Marquiano Antônio.

Registra com satisfação a presença também de outros Senhores Prefeitos, Vereadores, vice-Prefeitos e demais autoridades.

E registra com satisfação também, e já solicitamos ao Deputado Toti que na Sessão de amanhã faça um pronunciamento a respeito, o dia da Extensão Rural será comemorado amanhã em todo o território brasileiro.

Um trabalho bastante importante que desenvolve a Extensão Rural em nosso Estado e em nosso País, merece desta Assembléia Legislativa, do Bloco Agropecuário, da Comissão de Agricultura, de todos os Parlamentares as considerações pelo seu dia.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão Extraordinária marcando outra para logo após o término da presente sessão com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 107 e 186/93;

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 188 e 189/93.

Levanta-se a sessão